

Prestação de Contas de 2015

Entidade:

Fundação Domingos Simão Pulido

Niss: 200 075 971 46

05 de Março de 2016



ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO MÊS DE ABRIL DO CONSELHO FISCAL

Da reunião do Conselho Fiscal da Fundação Domingos Simão Pulido “Estrutura Residencial para Pessoas Idosas e Centro de Dia” em 08 de Março de 2016.-----

Aos oito dias do mês de Março de dois mil e dezasseis, no edifício sede desta Fundação, na Rua Dr. António Carlos da Costa, n.º 12 em Vidigueira, compareceram os Exmos. Snrs. Dr. António Rodrigues Mendonça, Dr. Manuel Francisco Cardoso Lula e Sr. Manuel José Portugal Barata Lima, respectivamente Presidente e Vogais do mesmo Conselho.-----

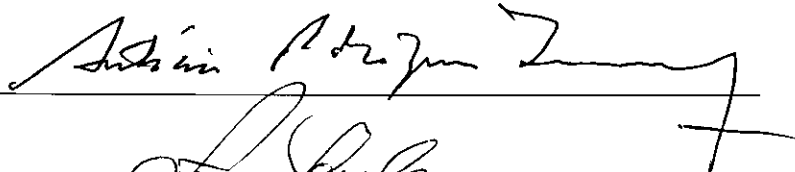
Pelas quinze horas e trinta minutos, o Snr. Presidente declarou aberta a sessão, a qual tinha por fim o Conselho Fiscal emitir parecer sobre o relatório e conta de gerência referente ao ano de dois mil e quinze, como prevê a alínea a) do Artigo 32.º da Secção IV dos estatutos em vigor na Fundação.-----

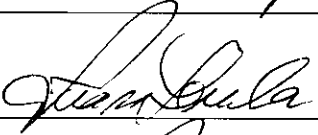
Foi apreciado nas suas diferentes partes.-----

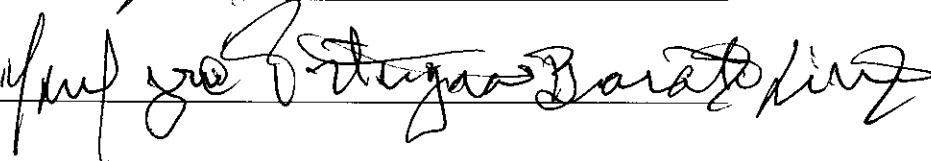
Depois de analisados aqueles documentos, é parecer do mesmo Conselho Fiscal, que estão elaborados e certos em obediência aos preceitos estabelecidos.-----

Verificou-se um resultado líquido do exercício de 23.078,85 € (vinte e três mil e setenta e oito euros e oitenta e cinco cêntimos) euros positivos.-----

Mais nada foi tratado. Encerrada a reunião, dela foi lavrada a presente acta, que vai ser assinada, depois de lida, conferida e achada certa.-----









ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO MÊS DE ABRIL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Da reunião do Conselho de Administração da Fundação Domingos Simão Pulido, em 14 de Março de 2016.-----

Aos catorze dias do mês de Março de dois mil e dezasseis, no edifício sede desta Fundação na Rua Dr. António Carlos da Costa, n.º 12 em Vidigueira, compareceram os Exmos. Snrs. Padre Manuel Trindade Reis, António Francisco Pires Garrido e Francisco de Assis Morais Caciones, respectivamente Presidente, Secretário e Tesoureiro do mesmo Conselho.-----

Aberta a sessão, o Snr. Presidente informou que a mesma tinha por fim, a apreciação e votação do relatório e conta de gerência referente ao ano de dois mil e quinze. Depois de examinados aqueles documentos, o Conselho de Administração decidiu-se pela aprovação dos mesmos, achando que estão devidamente elaborados e certos.-----

Verificou-se um resultado líquido do exercício de 23.078,85 € (vinte e três mil e setenta e oito euros e oitenta e cinco cêntimos) euros positivos. Os resultados serão transferidos para o ano seguinte para dar continuidade aos trabalhos de acção social da Fundação Domingos Simão Pulido.-----

E, não havendo mais nada a tratar, deu-se por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente acta, que depois de lida e aprovada, é assinada pelos membros presentes do Conselho de Administração.-----

Manuel Trindade Reis

António Francisco Pires Garrido

Francisco de Assis Morais Caciones

Fundação Domingos Simão Pulido

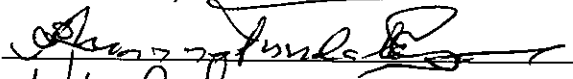
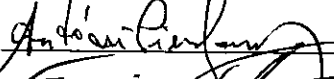
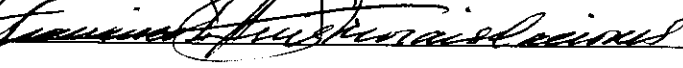
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

De Janeiro até Dezembro

Montantes expressos em EUROS

| RUBRICAS | NOTAS | EXERCÍCIOS | |
|--|-------|----------------------|----------------------|
| | | 2015 Ano Completo | 2014 Ano Completo |
| RENDIMENTOS E GASTOS | | | |
| Vendas e serviços prestados..... | | 265 678,16 | 252 249,82 |
| Subsídios, doações e legados à exploração..... | | 205 681,57 | 183 422,98 |
| Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos..... | | | |
| Variação nos inventários da produção..... | | | |
| Trabalhos para a própria entidade..... | | | |
| Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas..... | | (38 406,37) | (36 763,41) |
| Fornecimentos e serviços externos..... | | (101 795,24) | (69 336,43) |
| Gastos com o pessoal..... | | (271 498,68) | (275 300,04) |
| Imparidade de inventários (perdas/reversões)..... | | | |
| Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)..... | | | |
| Provisões (aumentos/reduções)..... | | | |
| Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)..... | | | |
| Aumentos/reduções de justo valor..... | | | |
| Outros rendimentos e ganhos..... | | 11 964,97 | 51 381,07 |
| Outros gastos e perdas..... | | (4 716,28) | (4 906,19) |
| Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos | | 66 908,13 | 100 747,80 |
| Gastos/reversões de depreciação e de amortização..... | | (19 553,78) | (19 553,78) |
| Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)..... | | | |
| Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) | | 47 354,35 | 81 194,02 |
| Juros e rendimentos similares obtidos..... | | 6 383,89 | 1 676,53 |
| Juros e gastos similares suportados..... | | (30 659,39) | (18 496,20) |
| Resultado antes de impostos | | 23 078,85 | 64 374,35 |
| Imposto sobre o rendimento do período..... | | | |
| Resultado líquido do período | | 23 078,85 | 64 374,35 |

Assinaturas da direcção

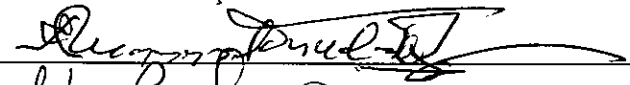

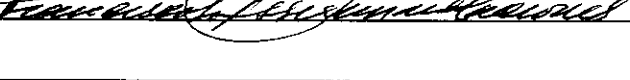
FUNDAÇÃO DOMINGOS SIMÃO PULIDO

BALANÇO INDIVIDUAL
DEZEMBRO 2015

Montantes expressos em EURO

| RUBRICAS | NOTAS | EXERCÍCIOS | |
|---|-------|---------------------|---------------------|
| | | 2015 | 2014 |
| ACTIVO | | | |
| Activo não corrente: | | | |
| Activos fixos tangíveis..... | | 2 830 239,13 | 2 767 229,19 |
| Bens do Património historico e cultural..... | | | |
| Propriedades de Investimento..... | | | |
| Activos intangíveis..... | | 82 496,59 | 82 496,59 |
| Activos biológicos..... | | | |
| Investimentos financeiros..... | | | |
| Participações financeiras - outros métodos..... | | | |
| Fundadores / Beneméritos/patrocinadores/doadores/ associados... | | | |
| Outros activos financeiros..... | | | |
| Activos por impostos diferidos..... | | | |
| | | 2 912 735,72 | 2 849 725,78 |
| Activo corrente: | | | |
| Inventários..... | | | |
| Activos biológicos..... | | | |
| Clientes..... | | | |
| Adiantamentos a fornecedores..... | | | |
| Estado e outros entes públicos..... | | 17 834,59 | 73 599,77 |
| Fundadores / Beneméritos/patrocinadores/doadores/ associados... | | | |
| Outras contas a receber..... | | 38 606,43 | 340 335,39 |
| Diferimentos..... | | | |
| Activos financeiros detidos para negociação..... | | | |
| Outros activos financeiros..... | | | |
| Activos não correntes detidos para venda..... | | | |
| Caixa e depósitos bancários..... | | 286 319,74 | 98 255,65 |
| | | 342 760,76 | 512 190,81 |
| | | | |
| Total do Activo | | 3 255 496,48 | 3 361 916,59 |

Assinaturas da Direcção

BALANÇO INDIVIDUAL

DEZEMBRO 2015

Montantes expressos em EUROS

| RUBRICAS | NOTAS | EXERCÍCIOS | |
|---|-------|---------------------|---------------------|
| | | 2015 | 2014 |
| FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO | | | |
| Fundos Patrimoniais: | | | |
| Fundos..... | | 30 360,74 | 30 360,74 |
| Excedentes técnicos..... | | | |
| Outros instrumentos de capital próprio..... | | | |
| Prémios de emissão..... | | | |
| Reservas legais..... | | | |
| Outras reservas..... | | | |
| Resultados transitados..... | | 107 054,30 | 32 492,26 |
| Ajustamentos em activos financeiros..... | | 318 105,67 | 318 105,67 |
| Excedentes de revalorização..... | | | |
| Outras variações de fundos patrimoniais..... | | 1 993 389,84 | 1 991 601,78 |
| | | 2 448 910,55 | 2 372 560,45 |
| Resultado líquido do período..... | | 23 078,85 | 64 374,35 |
| | | 2 471 989,40 | 2 436 934,80 |
| Total do fundo de capital | | 2 471 989,40 | 2 436 934,80 |
| Passivo | | | |
| Passivo não corrente: | | | |
| Provisões..... | | | |
| Financiamentos obtidos..... | | | |
| Responsabilidades por benefícios pós-emprego..... | | | |
| Passivos por impostos diferidos..... | | | |
| Outras contas a pagar..... | | | |
| Passivo corrente: | | | |
| Fornecedores..... | | 10 916,03 | 9 400,48 |
| Adiantamentos de clientes..... | | | |
| Estado e outros entes públicos..... | | 12 520,02 | 11 106,34 |
| Fundadores / Beneméritos/patrocinadores/doadores/ associados... | | | |
| Financiamentos obtidos..... | | 731 266,00 | 650 000,00 |
| Outras contas a pagar..... | | | |
| Diferimentos..... | | | |
| outras contas a pagar..... | | 28 805,03 | 254 474,97 |
| Outros passivos financeiros..... | | | |
| Passivos não correntes detidos para venda..... | | | |
| | | 783 507,08 | 924 981,79 |
| Total do passivo | | 783 507,08 | 924 981,79 |
| Total dos fundos patrimoniais e do Passivo | | 3 255 496,48 | 3 361 916,59 |

Anexo ao balanço e á Demonstração de resultados

1 – Identificação da entidade

1.1 – Designação da entidade

Fundação Domingos Simão Pulido

1.2 – Sede:

Rua Dr. António Carlos da Costa, 12 em Vidigueira

1.3 – Natureza da actividade:

A Fundação Domingos Simão Pulido é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, nos termos do Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de Fevereiro, estando registada no competente Livro das Fundações de Solidariedade social, sob o n.º 53/83 a fls. 190 n.º e 191 em 12/08/1983 sendo, por isso, uma pessoa colectiva de utilidade, com sede em Rua Dr. António Carlos, 12 7960-275 em Vidigueira, Concelho de Beja e Distrito de Beja, e tem como actividade principal a prestação de serviços de Lar com alojamento e Centro de Dia.

Tendo em vista a prossecução dos seus fins, a Fundação:

- a) Organizará e manterá, consoante as necessidades e possibilidades, serviços e actividades de acolhimento, assistência, promoção e cultura, designadamente um lar, centro de dia para pessoas idosas;
- b) Promoverá acções de sensibilização e entreaajuda;
- c) Procurará a colaboração de voluntários.

Para concretizar os seus objectivos A Fundação Domingos Simão Pulido, realiza algumas actividades, como:

- Realização de passeios com os idosos;
- Convívio entre os idosos;
- Trabalhos Manuais;
- Comemoração de datas festivas;
- Jogos Tradicionais;
- Visualização de filmes temáticos

1.4 – Designação da empresa-mãe:

Não aplicável

1.5 – Sede da empresa – mãe:

Não aplicável

2 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:

2.1: As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico o sistema de normalização contabilística, tendo sido adoptada a norma contabilística e de Relato financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo, de acordo com o Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março.

2.2 – Indicação e justificação das disposições da NCRF-ESNL que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da entidade:

Não aplicável

2.3 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior:

Tendo em consideração a entrada em vigor do Regime da normalização contabilística para as entidades do Sector Não lucrativo (RNC-ESNL) e consequente revogação do plano de contas das instituições particulares de solidariedade social (PCIPSS), foram efectuados os procedimentos de reclassificação, reconhecimento, desreconhecimento, bem como alterações dos critérios de mensuração nas situações aplicáveis.

2.4 – Adopção pela primeira vez da NCRF-ESNL – Divulgação transitória:

A entidade apresentou pela primeira vez as suas demonstrações financeiras de acordo com o Regime da normalização contabilísticas para as entidades do Sector Não Lucrativo, tendo a transição do PCIPSS para o RNC-ESNL, sido procedida de acordo com o disposto no &5 da NCRF-ESNL. Decorrente do processo de transição, ocorreram situações de reconhecimento, desreconhecimento e remensuração que afectaram a posição financeira e o desempenho financeiro.

As principais alterações foram as seguintes:

Subsídios: O PCIPSS dispunha que os Subsídios não reembolsáveis relacionados com os activos fixos tangíveis e intangíveis fossem inicialmente reconhecidos no passivo e subsequentemente imputados numa base sistémica como rendimentos. De acordo com o disposto no & 14.5 da NCRF-ESNL, os subsídios não reembolsáveis relacionados com activos fixos tangíveis e intangíveis devem ser inicialmente reconhecidos nos fundos Patrimoniais e subsequentemente imputados numa base sistémica, como rendimentos, durante os períodos necessários para balanceá-los como gastos relacionados que se pretende que eles compensem. Consideram-se subsídios não reembolsáveis quando exista um acordo individualizado de concessão do subsídio a favor de uma entidade, se tenham cumprido as condições estabelecidas para a sua concessão e não existam dúvidas de que os subsídios serão recebidos.

Custos e perdas extraordinários: A NCRF-ESNL não contempla a existência de resultados extraordinários, sendo os mesmos considerados operacionais.

2.5 – Caso uma entidade dê conta de erros cometidos segundo os PCGA anteriores, as reconciliações exigidas nos parágrafos anteriores, devem distinguir entre a correcção desses erros e as alterações às políticas contabilísticas.

Não aplicável

3 – Principais políticas contabilísticas:

3.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os activos financeiros registados na rubrica “ Instrumentos Financeiros”.

3.2 – Outras políticas contabilísticas:

As políticas contabilísticas apresentadas, foram aplicadas de forma consistente com o previsto na NCRF-ESNL. Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados, sempre que possa ser medido de forma fiável.

3.3 – Principais pressupostos relativos ao futuro:

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspectiva de continuidade, não tendo a entidade a intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

3.4 – Principais fontes de incerteza das estimativas:

Não existem situações que afectem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante, nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras apresentadas.

4 – Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

4.1 – Quando a aplicação de uma disposição desta norma tiver efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior, salvo se for impraticável determinar a quantia do ajustamento, ou puder ter efeitos em períodos futuros, a entidade deve divulgar apenas nas demonstrações financeiras do período corrente:

a) A natureza da alteração na política contabilística

As políticas não foram alteradas.

b) A natureza do erro material de período anterior e seus impactos nas demonstrações financeiras desses períodos;

Não foram encontrados quaisquer erros do período anterior.

c) A quantia de ajustamento relacionado com o período corrente ou períodos anteriores aos apresentados, até ao ponto que seja praticável:

Não aplicável.

d) As razões pelas quais a aplicação da nova política contabilística proporcionam informação fiável e mais relevante, no caso de aplicação voluntária.

Não aplicável.

5 – Activos fixos tangíveis

5.1 – Critério de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta:

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Os custos subsequentes são reconhecidos como como activos fixos tangíveis, apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros. As despesas com a manutenção e reparação são reconhecidas como gasto á medida que são incorridas, de acordo com o regime do acréscimo.

b) Os métodos de depreciação usados.

As depreciações dos activos tangíveis são calculadas numa base sistémica segundo o método da linha recta fraccionada em duodécimos. Os terrenos não são depreciados.

c) As vidas uteis ou taxas de depreciação usadas;

Os activos tangíveis são depreciados de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

| Activos tangíveis | Taxa de depreciação |
|--------------------------------|---------------------|
| Terrenos e recursos naturais | 0 |
| Edifícios e outras construções | 2% |
| Equipamento básico | 16,66% |
| Equipamento de transporte | 25% |
| Equipamento administrativo | 12,50% |
| Outros activos fixos tangíveis | 12,50% |

d) As quantias escrituradas brutas e a depreciações acumuladas no início e no fim do período são as seguintes:

| | Saldo em 1/01/2014 | Aumentos e Reavaliações | Abates e Alienações | Correcções e Transf. | Saldo em 31/12/2014 | Aumentos e Reavaliações | Abates e Alienações | Correcções e Transf. | Saldo em 31/12/2015 |
|----------------------------------|-----------------------|----------------------------|------------------------|-------------------------|------------------------|----------------------------|------------------------|-------------------------|------------------------|
| Terranos e recursos naturais | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Edifícios e outras construções | 336 077,84 | 400 642,25 | 45 060,00 | - | 691 660,09 | - | - | - | 691 660,09 |
| Equipamento básico | 68 207,38 | - | - | - | 68 207,38 | 3 619,13 | - | - | 71 826,51 |
| Equipamento de transporte | 64 992,02 | - | - | - | 64 992,02 | - | - | - | 64 992,02 |
| Equipamento administrativo | 10 657,83 | - | - | - | 10 657,83 | - | - | - | 10 657,83 |
| Ferramentas e utensílios | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Taras e vasilhame | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Equipamentos biológicos | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Activos fixos tangíveis em curso | 852 311,60 | 1 307 255,09 | - | - | 2 159 566,69 | - | - | - | 2 159 566,69 |
| Outros activos fixos tangíveis | 36,85 | - | - | - | 36,85 | - | - | - | 36,85 |
| | 1 332 283,52 | 1 707 897,34 | 45 060,00 | - | 2 995 121,00 | 3 619,13 | - | - | 2 998 740,00 |

Depreciações Acumuladas

| | Saldo em 1/01/2014 | Aumentos | Abates e Alienações | Correcções e Transf. | Saldo em 31/12/2014 | Aumentos | Abates e Alienações | Correcções e Transf. | Saldo em 31/12/2015 |
|--------------------------------|-----------------------|------------------|------------------------|-------------------------|------------------------|------------------|------------------------|-------------------------|------------------------|
| Terranos e recursos naturais | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Edifícios e outras construções | 87 865,45 | 6 721,56 | - | - | 94 587,01 | 6 721,56 | - | - | 101 308,57 |
| Equipamento básico | 68 207,83 | - | - | - | 68 207,83 | - | - | - | 68 207,83 |
| Ferramentas e utensílios | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Equipamento de transporte | 41 992,02 | 11 500,00 | - | - | 53 492,02 | 11 500,00 | - | - | 64 992,02 |
| Equipamento administrativo | 10 236,19 | 1 332,22 | - | - | 11 568,41 | 1 332,22 | - | - | 12 900,63 |
| Taras e vasilhame | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Equipamentos biológicos | 36,85 | - | - | - | 36,85 | - | - | - | 36,85 |
| Outros activos fixos tangíveis | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | 208 338,34 | 19 553,78 | - | - | 227 892,12 | 19 553,78 | - | - | 247 445,90 |

6 – Activos intangíveis

6.1 – Uma entidade deve divulgar o seguinte para cada classe de activos intangíveis, distinguindo entre os activos intangíveis gerados internamente outros activos intangíveis:

a) Se a vida uteis são indefinidas ou finitas, e se forem finitas, as vidas uteis ou taxas de amortização usadas;

Não aplicável

b) Os métodos de amortização usados para activos intangíveis com vidas uteis finitas:

Não aplicável

c) As quantias escrituradas brutas e a depreciações acumuladas no início e no fim do período são as seguintes:

| | Saldo em 01/01/2014 | Aumentos | Abates e Alienações | Saldo em 31/12/2014 | Aumentos | Abates e Alienações | Saldo em 31/12/2015 |
|------------------------------|------------------------|------------------|------------------------|------------------------|----------|------------------------|------------------------|
| Goodwill | | | | - | | | |
| Projectos de desenvolvimento | 44 716,60 | 37 779,99 | | 82 496,59 | | | 82 496,59 |
| Programas de computador | | | | - | | | |
| Propriedade industrial | | | | - | | | |
| Outros activos intangíveis | | | | - | | | |
| ... | | | | | | | |
| | <u>44 716,60</u> | <u>37 779,99</u> | <u>-</u> | <u>82 496,59</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>82 496,59</u> |

Amortizações Acumuladas

| | Saldo em 01/01/2014 | Aumentos | Abates e Alienações | Saldo em 31/12/2014 | Aumentos | Abates e Alienações | Saldo em 31/12/2015 |
|------------------------------|------------------------|----------|------------------------|------------------------|----------|------------------------|------------------------|
| Projectos de desenvolvimento | | | | | | | |
| Programas de computador | | | | | | | |
| Propriedade industrial | | | | | | | |
| Outros activos intangíveis | - | - | | | | | |
| ... | | | | | | | |
| | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> |

7 – Locações

Não aplicável.

8 – Custos de empréstimos obtidos:

8.1 – As demonstrações financeiras devem divulgar:

a) A política contabilística adoptada nos custos dos empréstimos:

Os juros são reconhecidos como gasto no período a que dizem respeito.

b) A quantia de custos de empréstimos obtidos capitalizada durante o período:

Não aplicável.

c) A taxa de capitalização usada para determinar a quantia do custo dos empréstimos obtidos elegíveis para capitalização.

Não aplicável.

9 – Inventários

9.1 – As demonstrações financeiras devem divulgar:

a) As políticas contabilísticas adoptadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada:

Os inventários são mensurados pelo custo histórico ou pelo valor realizável líquido, dos dois, o mais baixo.

O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actual.

10 – Redito: O redito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, a qual, em geral, é determinada por acordo entre a entidade e o comprador ou utente do activo. O redito compreende os montantes facturados na prestação de serviços nomeadamente as mensalidades do Lar e Centro de Dia.

| Categoria | Valor € | |
|---------------------------------|--------------|--------------|
| | 2015 | 2014 |
| Mensalidades Lar - Acordo | 242 570,58 € | 210 704,79 € |
| Mensalidades Lar - Extra Acordo | | 26 197,10 € |
| Mensalidades Centro de Dia | 23 107,58 € | 15 347,93 € |
| Total | 265 678,16 € | 252 249,82 € |

11 – Provisões, passivos contingentes e activos contingentem:

11.1 – Para cada classe de provisão, uma entidade deve divulgar:

- a) A quantia escriturada no começo e no fim do período;
- b) As provisões adicionais feitas no período,
- c) As Quantias não usadas revertidas nesse período;
- d) O aumento durante o período na quantia descontada proveniente da passagem do tempo e o efeito de qualquer alteração na taxa de desconto.

Não aplicável.

11.2 – Indicação do valor dos fundos Permanentes por modalidade associativa das Mutualidades e do património líquido que lhe está afecto, bem como do respectivo grau de cobertura face às provisões matemáticas necessárias.

Não aplicável.

11.3 – Para cada classe de passivo contingente á data do balanço, a entidade deve divulgar uma breve descrição da natureza do passivo contingente.

Não aplicável

11.4 – Quando um influxo de benefícios económicos for provável, a entidade divulga uma breve descrição da natureza dos activos contingentes á data do balanço.

A instituição detém uma garantia bancaria destinada a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que a empresa Constrope-Congevia, engenharia e construção.

12 – Subsídios do governo e Apoios do governo

12.1 – A Política contabilística:

Os subsídios não reembolsáveis, relacionados com activos fixos tangíveis, são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais e subseqüentemente imputados numa base sistemáticas, como rendimentos, durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretende que eles compensem.

A entidade considera subsídios não reembolsáveis, quando exista um acordo individualizado de concessão do subsídio, se tenham cumprido as condições estabelecidas para a sua concessão e não existam duvidas de que os subsídios serão recebidos.

12.2 – A natureza e extensão dos subsídios reconhecidos nas demonstrações financeiras:

a) A entidade teve aprovado um projecto de investimento para a construção/ampliação de um edifício novo e aquisição de equipamentos os quais tem subjacente um subsídio não reembolsável de **975 170,94 euros**, que cumprindo os requisitos estabelecidos no capítulo 14 da NCRF-ESNL, foram contabilizados como componentes do fundo patrimonial.

No corrente exercício não foram imputados ao rendimento do período nenhuma verba uma vez que a obra apesar de concluída ainda não foi dado início da sua utilização.

b) Foram ainda reconhecidos no corrente exercício **205 681,57 Euros** de subsídios referentes à exploração da instituição, nomeadamente, para o equipamento Lar de Idosos e Centro de dia.

c) Principais doadores/fontes de fundos

Os principais doadores de fundos foram pessoas privadas do distrito a que pertence esta instituição, que efectuaram donativos através de pequenas iniciativas levadas a cabo pela instituição.

13 – Efeitos de alteração em taxas de câmbio:

Não aplicável

14 – Imposto sobre o rendimento:

14.1 – São divulgados separadamente:

a) Gasto (Rendimento) por impostos correntes;

Não aplicável.

b) Quaisquer ajustamentos reconhecidos no período de impostos correntes de períodos anteriores;

Não aplicável.

C) A natureza e quantia do gasto (rendimento) de imposto reconhecido directamente em fundos patrimoniais;

Não aplicável

15 – Instrumentos financeiros

15.1- A entidade divulga as bases de mensuração, bem como as políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros, que sejam relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras:

A Fundação reconhece um activo financeiro ou passivos financeiros, apenas quando se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Instrumentos financeiros mensurados ao custo menos perdas por imparidade:

-Utentes, fornecedores, conta a receber, contas a pagar, empréstimos bancários.

15.2 – Outra contas a pagar

| | <u>2014</u> | <u>2015</u> |
|-----------------------------------|-------------------|------------------|
| Não Correntes | | |
| Clientes (saldos contrários) | | |
| Pessoal | | |
| Fornecedores de investimentos | | |
| Adiantamentos por conta de vendas | | |
| | - | - |
| Corrente | | |
| Clientes (saldos contrários) | | |
| Pessoal | | |
| Empresas do Grupo e Participadas | | |
| Outros accionistas | | |
| Fornecedores de investimentos | 217 644,20 | 9 618,98 |
| Adiantamentos por conta de vendas | | |
| Credores por acréscimos de gastos | | |
| Remunerações a pagar ao pessoal | 36 830,77 | 19 186,05 |
| Juros a liquidar | | |
| Outros acréscimos de gastos | - | - |
| Outros Credores | - | - |
| | <u>254 474,97</u> | <u>28 805,03</u> |
| | 254 474,97 | 28 805,03 |

15.3. Relações com os Estado

Estado e Outros Entes Públicos

| | <u>2015</u> | <u>2014</u> |
|---|--------------------|-------------------|
| Finanças | | |
| Segurança Social | 11 181,02 | 9 802,34 |
| | <u>(11 181,02)</u> | <u>(9 802,34)</u> |
| | <u>2015</u> | <u>2014</u> |
| Saldos Devedores | | |
| IRC – A Recuperar | | |
| IRC – Pagamento por Conta | | |
| Retenção imposto s/ rend. | | |
| IVA - A Recuperar | 17 834,59 | 73 599,77 |
| Restantes Impostos | | |
| Contribuição p/ Seg. Social | | |
| | <u>17 835,00</u> | <u>73 600,00</u> |
| Saldos Credores | | |
| Corrente | | |
| IRC - A Pagar | | |
| Retenção imposto s/ rend. | 1 339,00 | 1 304,00 |
| Retenção imposto s/ rend. - prestacional | | |
| IVA - A Pagar | | |
| Restantes Impostos | | |
| Contribuição p/ Seg. Social | 11 181,02 | 9 802,34 |
| Contribuição p/ Seg.Social - prestacional | | |
| | <u>12 520,00</u> | <u>11 106,00</u> |
| Não corrente | | |
| Contribuição p/ Seg.Social - prestacional | | |
| | <u>12 520,00</u> | <u>11 106,00</u> |

15.4 -Para os empréstimos contraídos reconhecidos á data de balanço, a entidade divulga as situações de incumprimento:

Não existem situações de incumprimento.

15.5 – Compromisso de empréstimos mensurados à data de balanço:

| Rubrica | 2015 | 2014 |
|------------------------------|-------------------|-------------------|
| Passivo não corrente | | |
| Empréstimos Bancários | n/a | n/a |
| Empréstimos Bancários | n/a | n/a |
| | | |
| Passivo corrente | | |
| Empréstimos Bancários | 731 266,00 | 650 000,00 |
| Descobertos Bancários | n/a | n/a |
| Livranças | n/a | n/a |
| Contas Correntes Caucionadas | n/a | n/a |
| Factoring | n/a | n/a |
| Papel comercial | - | - |
| | <u>731 266,00</u> | <u>650 000,00</u> |
| Total | - | - |

16 - Benefícios dos empregados

16.1 – Numero médio de empregados durante o ano

O número médio de colaboradores durante no exercício foi de 30.

16.2 – Número de membros dos órgãos directivos e alterações ocorridas no período de relato financeiro.

Os órgãos directivos são constituídos por seis elementos, não tendo ocorrido alterações no período de relato financeiro.

16.3 – Informação sobre as remunerações dos órgãos sociais.

Os órgãos sociais são não remunerados.

17 – Divulgações exigidas por outros diplomas legais.

A Direcção informa que a Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de Outubro, a Direcção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados

18 – Outras informações

18.1 – Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2015

Documento elaborado pelo Técnico oficial de Contas n.º71 941

Nuno Alexandre de Jesus Farinha

Local: Vidigueira, Data:05/03/2016